

Comissão convoca 6 parlamentares e ex-secretários

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), anunciou ontem a convocação de mais seis parlamentares e de dois ex-secretários da ex-ministra da Ação Social, Margarida Procópio. O coordenador da Subcomissão de Patrimônio, senador José Paulo Bisol (PSB-RS) pediu a convocação dos governadores Joaquim Roriz, do Distrito Federal, e Edison Lobão, do Maranhão, mas Passarinho ficou de analisar os elementos colhidos pela subcomissão e de levar a decisão para o plenário da CPI. Passarinho comunicou a decisão depois de se reunir com os coordenadores das subcomissões.

Além de Paulo César Farias, que será ouvido hoje, às 9h30, estão previstos, para o dia 21 próximo, os depoimentos do deputado Messias Góis (PFL-SE), às 9h30, e do ex-secretário nacional de Saneamento, Walter Annichinno, às 17h00. No dia 22, de manhã, será a vez do senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), e à tarde, do ex-secretário Nacional de Habitação, Ramon Arnuz.

No dia 23, às 9h30, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) prestará depoimento. Na reunião de ontem, ficaram acertados, ainda, os depoimentos dos deputados Paes Landim (PFL-SE), dia 28, Aníbal Teixeira (PTB-MA), dia 29, e Car-

los Benevides (PMDB-CE), dia 30. Ainda não foi definido o horário desses depoimentos.

O empresário Onofre Vaz, da Servaz, não será mais ouvido pela CPI do Orçamento. Ontem, Passarinho recebeu um telefonema do advogado do empresário e cópia de um laudo médico atestando que desde o dia 4 de dezembro ele estava em observação pré-operatória.

O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) decidiu encomendar um parecer jurídico, se até a próxima semana a CPI não decidir o tratamento que será dado ao caso dos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Flávio Derzi (PP-MS). Os fatos até agora apurados não implicam os dois diretamente no escândalo de corrupção do Orçamento, mas eles podem ter faltado com o decoro parlamentar em virtude dessas operações bancárias. Magalhães disse que a Constituição só permite que deputados operem com bancos oficiais desde que celebrem contratos com cláusulas padronizadas para todos os clientes e dentro das normas previstas pelos bancos.

Ambos retiraram financiamento em bancos públicos, prevalecendo-se da condição de parlamentares, rolaram estes débitos por mais de três anos e ainda não providenciaram o pagamento.